

Nacional

Vendas da Páscoa devem atingir recorde de R\$ 3,57 bi, projeta CNC

A cesta de bens e serviços típicos da Páscoa, composta por oito itens, deverá registrar reajuste médio de 6,2%, acima da inflação geral

FONTE: FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



A valorização do cacau elevou os preços dos chocolates em até 37%

As vendas do varejo para a Páscoa devem movimentar R\$ 3,57 bilhões em 2026, segundo projeção da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Se confirmada, a estimativa representará crescimento real de 2,5% em relação ao mesmo período do ano passado, já descontada a inflação, e marcará o maior volume de vendas da série histórica iniciada em 2005. O resultado reforça o peso econômico da data comemorativa, que segue entre as mais relevantes para o comércio brasileiro e mantém trajetória de recuperação sustentada nos últimos anos.

Mesmo com a expectativa de avanço nas vendas, o cenário deste ano é marcado por pressões importantes de custos, especialmente nos produtos mais tradicionais da data. As importações de chocolate e bacalhau, dois itens fortemente associados

ao período pascal, recuaram em 2026 diante da alta expressiva dos preços no mercado internacional. No caso do chocolate, a valorização do cacau elevou os preços externos em até 37%, enquanto o bacalhau registrou aumento de 19%. Esse movimento reduziu as compras internacionais desses produtos em 27% e 22%, respectivamente, abrindo espaço para maior participação de itens produzidos no mercado doméstico.

A cesta de bens e serviços típicos da Páscoa, composta por oito itens, deverá registrar reajuste médio de 6,2%, acima da inflação geral pelo terceiro ano consecutivo. O principal foco de pressão continua sendo o chocolate, símbolo maior da data, com alta esperada de 14,9%, inclusive entre as marcas nacionais. Também devem pesar no bolso do consumidor os aumentos do bacalhau, esti-

mado em 7,7%, e da alimentação fora do domicílio, com avanço de 6,9%. Ainda assim, a CNC avalia que o mercado de trabalho aquecido e a desaceleração do nível geral de preços ajudam a sustentar a disposição de consumo, reduzindo parte do impacto provocado pelo encarecimento desses itens.

Na avaliação do presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, a diferença de preços entre 2025 e 2026 evidencia a importância de ampliar acordos internacionais capazes de gerar efeitos positivos no mercado interno. Segundo ele, iniciativas como o acordo entre Mercosul e União Europeia podem contribuir para reduzir os preços de produtos tradicionalmente consumidos na Páscoa. Já o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, observa que, embora a taxa de câmbio te-

nha recuado 11% na comparação anual, esse movimento não foi suficiente para neutralizar o aumento dos insumos no exterior, o que manteve pressionados os preços ao consumidor.

A projeção de 2026 também consolida a recuperação iniciada em 2021, após o menor nível de vendas em quase uma década, em meio aos efeitos da pandemia de covid-19. Desde então, a melhora gradual das condições de consumo e o maior dinamismo do mercado de trabalho vêm favorecendo a retomada da demanda. Com isso, a Páscoa reafirma sua relevância como a sexta data comemorativa mais importante para o comércio nacional, combinando apelo tradicional, forte mobilização do varejo e capacidade de gerar receitas mesmo em um contexto de preços mais elevados.

Declarações. Cerca de 4,4 milhões de contribuintes acertaram as contas com o Leão na primeira semana de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2026 (ano-base 2025). Até o final de sexta, dia 27, 4.444.798 documentos foram enviados, 10,1% do total de declarações previstas para este ano. Em 2026, o Fisco espera receber 44 milhões de declarações.

Aneel mantém bandeira verde em abril e não terá cobrança extra na conta de luz

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou a manutenção da bandeira tarifária verde para todo o mês de abril, preservando a isenção de custos adicionais nas contas de energia elétrica dos consumidores brasileiros. A decisão prolonga o cenário observado desde o início de janeiro e reforça um ambiente mais favorável para famílias e empresas, num momento em que os custos dos serviços básicos seguem no centro da atenção do orçamento doméstico e da atividade produtiva.

De acordo com a Aneel, a permanência da bandeira verde foi viabilizada pelo volume de chuvas registrado em março, fator que assegurou níveis satisfatórios nos reservatórios das hidrelétricas. Com maior disponibilidade hídrica, o sistema elétrico nacional consegue operar com geração mais eficiente e menor dependência das usinas termelétricas, cuja produção tem custo mais elevado. Na prática, isso reduz a pressão sobre a tarifa e contribui para um cenário de maior previsibilidade para o consumo de energia no País.

Criado em 2015, o sistema de bandeiras tarifárias funciona como um mecanismo de sinalização do custo real da geração de energia elétrica. A classificação em verde, amarela ou vermelha varia conforme a disponibilidade de recursos hídricos, o avanço das fontes renováveis e a necessidade de acionamento de fontes térmicas. Quando a bandeira permanece verde, significa que as condições de geração são mais favoráveis, dispensando a cobrança adicional que costuma ser aplicada em momentos de maior custo operacional.

Embora o quadro atual seja positivo, a agência reguladora reforça que o consumo consciente de energia continua sendo essencial. A orientação é de que a população mantenha hábitos de uso responsável, evitando desperdícios e colaborando para a sustentabilidade do setor elétrico. Além de aliviar o bolso do consumidor, a preservação de um padrão eficiente de consumo ajuda a reduzir pressões futuras sobre o sistema e contribui para uma gestão mais equilibrada da matriz energética brasileira.

ESTADO DO CEARÁ – CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CAMOCIM
- **AVISO DE CREDENCIAMENTO - CHAMADA PÚBLICA Nº CHP01/2026** O Agente de Contratação comunica aos interessados que está realizando chamada pública para o **CREDCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLÍNICA CEL. LIBÓRIO GOMES DA SILVA, JUNTO AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CAMOCIM – CPS-MCAM**, com recebimento de documentação e propostas pelo período de 1 (um) ano, na sede da Comissão de Licitação (R Paissandu, 2013 - Centro, 62.400-000). O Edital na íntegra poderá ser acessado nos endereços eletrônicos: <https://cpsmcamocim.ce.gov.br> / <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/> ou na sede da comissão de licitação. Informações referentes às exigências para participação e demais procedimentos poderão ser obtidos no mesmo local da entrega das propostas. Camocim/CE, 27 de março de 2026. **JUAN KLISMAN LIMA PEREIRA** - Agente de Contratação.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO FORPIBID - FUNDAÇÃO NACIONAL DOS COORDENADORES INSTITUCIONAIS DO FORPIBID
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA. A Comissão de Fundação do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – FORPIBID, subscrita abaixo, convoca as Coordenadoras e os Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e as(os) Ex-Coordenadoras(es) Institucionais dos Programas PIBID e Residência Pedagógica para participarem da Assembleia Geral, a realizar-se no dia 15 de abril de 2026, às 10h, Bloco M, Sala Florence, da Universidade de Caxias do Sul, campus sede, por ocasião do V Encontro das Licenciaturas da Região Sul, que ocorrerá de 13 a 15 de abril de 2026, na Universidade de Caxias do Sul – UCS, na cidade de Caxias do Sul – RS. A Assembleia terá a seguinte pauta: 1. Fundação da associação civil denominada Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – FORPIBID, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos; 2. Discussão e aprovação do Estatuto Social; 3. Eleição e posse da Diretoria Executiva. O texto da proposta de Estatuto Social encontra-se disponível para consulta no seguinte link: https://docs.google.com/document/d/1dGRRa-xNmRQzhEyD8DW4QMoi_SJYGRFRc0slj_S8/edit?tab=0. Fortaleza, 30 de março de 2026. **Subscrevem o presente edital de convocação: Jacqueline Rabelo de Lima - Membro da comissão de fundação, Cristiane Antonia Hauschild Johann - Membro da comissão de fundação, Frederico Jorge Saad Guirra - Membro da comissão de fundação, Thaís Ludmila Ranieri - Membro da comissão de fundação.**

Aviso de Licitação
ESTADO DO CEARÁ - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE. Torna-se público que no dia 07 de abril de 2026, às 09h30min, far-se-á licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na forma eletrônica n. 90024/2026, o objeto desta licitação é o registro de preços para eventual aquisição de material de expediente, materiais de uso comum para suprir as necessidades do Conselho Regional de Administração do Ceará e suas subseções. Para mais informações consultar o Edital, os interessados deverão dirigir-se aos sites: www.gov.br/compras e www.craceara.org.br.
Antonio Marcos Salvino da Silva – Pregoeiro

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ARP Nº. 202603160001/202603160002/202603160003/202603160004. ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: SECRETARIA DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - CNPJ Nº 23.478.597/0001-80. DETENTORES DA ARP-EMPRESA: 60.628.975 MIQUEIAS DOS SANTOS XAVIER, CNPJ: 60.628.975/0001-90, vencedora do lote I: R\$ 449.194,75 e lote VI: R\$ 138.986,40. EMPRESA: PROSPERA COMERCIO LTDA, CNPJ: 41.385.163/0001-17, vencedora do lote II: R\$ 248.730,50. EMPRESA: IGX COMERCIAL LTDA, CNPJ: 52.768.211/0001-72, vencedora do lote III: R\$ 1.180.503,50 e lote V: R\$ 520.614,40. EMPRESA: G M COMERCIAL & SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 38.539.894/0001-65, vencedora do lote IV: R\$ 439.535,00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DECRETOS FEDERAIS Nº 10.024/2019, 11.462/23, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021. LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2026.01.22.01-SRP. TIPO: Menor preço por lote. OBJETO: Seleção de registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios diversos, compreendendo, entre outros, proteínas de origem animal e vegetal, gêneros não perecíveis, biscoitos, massas alimentícias e demais itens correlatos, destinados a atender às demandas das diversas secretarias, fundos e unidades administrativas do município, conforme condições, especificações, quantitativos estimados e exigências estabelecidas no termo de referência e demais anexos do edital. DO VALOR GLOBAL: R\$ 2.977.564,55 (dois milhões novecentos e setenta e sete mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES. DATA DA ASSINATURA DA ARP: 16/03/2026. DO FORO: COMARCA DO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA. SIGNATÁRIOS: MAYRLA FERNANDES LIMA (SECRETARIA DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS-GERENCIADOR DA ARP)/ MIQUEIAS DOS SANTOS XAVIER-60.628.975 MIQUEIAS DOS SANTOS XAVIER, RAYSSA OLIVEIRA ALVES- PROSPERA COMERCIO LTDA, IGOR RAFAEL SOUSA DE AGUIAR-IGX COMERCIAL LTDA e FRANCISCO GLEICIANO MARQUES - G M COMERCIAL & SERVIÇOS LTDA. (REPRESENTANTES-DETENTORES DE PREÇO). Barroquinha. Comissão de Licitação.

JORNAL O ESTADO
PUBLICIDADE LEGAL:
(85) 3033.7519

União prevê pagar R\$ 44,9 bilhões em precatórios em 2027

A União deverá desembolsar R\$ 44,9 bilhões em precatórios em 2027, segundo relatório divulgado pela Secretaria de Orçamento Federal, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento. O montante corresponde a dívidas judiciais definitivas, ou seja, obrigações reconhecidas pela Justiça sem possibilidade de recurso, e deverá alcançar mais de 200 mil beneficiários. O número chama atenção tanto pelo peso fiscal quanto pela sua dimensão social, já que envolve pagamentos a pessoas físicas, entes públicos e outros credores que aguardam a quitação dessas condenações.

Embora expressivo, o valor previsto para 2027 representa recuo em relação ao volume estimado para 2026, de R\$ 71,9 bilhões. De acordo com o governo, a redução decorre

principalmente de mudanças operacionais e metodológicas. Entre os fatores apontados estão a antecipação do prazo para envio das informações pelo Judiciário, que passou de abril para fevereiro, e a alteração no indexador da dívida, substituindo a Taxa Selic pela inflação oficial medida pelo IPCA, acrescida de 2% ao ano. Essas mudanças ajudam a explicar a diferença entre os dois exercícios e indicam que o comportamento dos precatórios continua fortemente influenciado por ajustes nas regras e nos critérios de atualização.

Entre os maiores valores previstos para 2027, ganham destaque as ações ligadas ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef. Ao todo, 127 pedidos

vinculados ao fundo somam R\$ 5,8 bilhões. O maior precatório individual previsto no relatório, de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, foi expedido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e é o único acima da marca de R\$ 1 bilhão. Apesar desses casos de grande porte, a maior parte dos processos está concentrada em valores menores: 97,9% dos pedidos são de até R\$ 1 milhão, o que, ainda assim, representa uma soma de R\$ 23,9 bilhões.

O relatório mostra também que foram apresentados 117.855 pedidos, contemplando 209.622 beneficiários. Na divisão por natureza da despesa, a Previdência lidera em quantidade, com 79.353 pedidos, o que evidencia o peso das demandas previdenciárias no passivo judicial da União. Já a rubrica de outras despesas

de custeio e capital concentra o maior volume financeiro, com R\$ 20,4 bilhões, enquanto os gastos com pessoal e encargos sociais somam R\$ 6,6 bilhões, equivalentes a 14,7% do total previsto.

As regras para esses pagamentos foram alteradas recentemente por emenda constitucional, que estabelece a reincorporação gradual dessas despesas ao arcabouço das metas até 2036. Isso significa que o impacto efetivo dessa transição ainda deverá ser melhor detalhado nas próximas peças orçamentárias, começando pelo projeto de lei orçamentária de 2027, previsto para ser enviado pelo governo ao fim de agosto. Até lá, a evolução desses números seguirá sendo observada como um dos pontos mais sensíveis da gestão das contas públicas.